

## A vida em rebelião: ética e política na pesquisa e intervenção\*

Miriam Debieux Rosa\*\*

A temática da violência tem sido foco das preocupações em todo o mundo contemporâneo. Terrorismos, crime organizado, seqüestros e toda sorte de violência fartamente documentada e presente no cotidiano do cidadão têm gerado efeitos imaginários ainda não avaliados e promovido reações dos órgãos governamentais das mais diversas ordens. Predominam as reações de medo, paralisia, incremento do ódio e incitação a respostas de vingança, maior autoritarismo, repressão e mesmo, direta ou indiretamente, violação de direitos. As “autoridades” e os políticos tentam responder convenientemente a esses pedidos apressando políticas dúbias atendendo a dois senhores: o eleitorado e o mercado. Tais respostas caminham principalmente na direção do aumento do aparato repressivo, quando não de medidas ofensivas e de ataques supostamente reparatórios. Alguns apontam questões conjunturais que têm pouco impacto, seja por indicarem soluções a médio prazo, seja por conterem idéias por vezes idealizadas de uma sociedade sem conflitos.

Na realidade brasileira é salientada, particularmente a violência praticada pela juventude, especialmente a juventude pobre, principalmente das grandes cidades. A questão reflete a perplexidade e o estranhamento quanto ao que se tem apresentado como fenômenos ligados à adolescência. Aparentemente antagônicos, os enunciados que refletem o imaginário da sociedade sobre o adolescente indicam dois extremos: um deles reflete a exaltação e o fascínio pela juventude por tudo que diz respeito à beleza, à sexualidade e ao domínio das linguagens tecnológicas, midiáticas e da informática; o outro, seu contraponto, apresenta, por sua vez, duas facetas: de um lado, o incômodo com a apatia, o desinteresse e a indiferença do jovem com relação ao que o cerca, sejam a família e a escola, sejam questões sociais e políticas; de outro lado, o impacto da agressividade, da violência presentes nas suas ações. Esses dois aspectos contribuem para a colagem imaginária dos termos *adolescência e violência*.

---

\* Maria Cristina Gonçalves Vicentin. *A vida em rebelião: jovens em conflito com a lei* (São Paulo, Hucitec/Fapesp, 2005).

\*\* Professora Doutora da Pós-Graduação em Psicologia Clínica da USP; coordenadora do Laboratório Psicanálise e Sociedade (USP); professora titular da graduação e pós-graduação em Psicologia Social da PUC-SP. E-mail: debieux@mt2et.com.br

Estamos em tempos de adolescentes violentos: esse é o discurso que prevalece, colocando em manchete notícias sobre a proliferação atual dos atos de violência de crianças e adolescentes. Mas há um outro lado, pouco divulgado: o risco a que os jovens são expostos. O Mapa da Violência III da Unesco<sup>1</sup>, entre outras pesquisas, demonstra que há um cinturão traçando um mapa topográfico de exclusão nas grandes cidades, que produz cidadãos invisíveis e que atesta um outro fenômeno da realidade brasileira: o alto risco de vida em alguns segmentos sociais dessa faixa etária.

O livro de Maria Cristina Gonçalves Vicentin, *A vida em rebelião: jovens em conflito com a lei*, analisa essas questões de modo inédito, criativo e imprescindível. A partir de pesquisa em torno das rebeliões no sistema Febem-SP, Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor, responsável pela internação dos jovens infratores, especialmente no período de 1999-2001, aponta as modalidades de poder operantes no modo de funcionamento desse sistema. Mas não só, pois demonstra que esse processo e sua monotonia sádica e eternizada por fracassos sistemáticos das políticas de intervenção é emblemático do que a autora nomeia de paradoxo brasileiro: o do imbricamento de *violência e democracia*.

O livro nos instiga a experimentar a necessidade de *rebelião quanto aos saberes e às práticas* já instituídos sobre essa questão, como o processo ocorrido e narrado pela autora:

(...) desde meu primeiro contato com a Febem São Paulo, não parei de experimentar uma necessidade de rebelião: rebelião quanto aos saberes, principalmente aos psi, predominantes nesta área, que só faziam patologizar ao infinito os jovens em conflito com a lei (e, por extensão, todos os adolescentes), rebelião quanto às práticas institucionais de controle e de esmagamento de toda expressão de dissidência, de desobediência ou de diversidade. (p. 20)

O percurso da autora nos propicia a desmontagem da associação violência-juventude.

É importante ressaltar o método com o qual a autora conduz o processo de questionamento, de desconstrução das teorias e dos imaginários que cercam a questão e de descoberta de ferramentas teóricas e clínicas para a construção de outro olhar, que permite evidenciar a produção de subjetividade dos adolescentes, atravessados por peculiares e perversos processos sócio-político-culturais. Nesse processo encontra-se extensa pesquisa histórica e documental, assim como teórica, das questões desenvolvidas. Vários são os horizontes teóricos inspiradores, particular-

---

1 Waiselfisz, J. (2002). *Mapa da violência. Os jovens do Brasil*. Brasília, Unesco, Instituto Ayrton Senna.

mente Foucault e Guatarri, com as concepções de micropoderes, subjetivação e territorialidade. Adicionada a essas ferramentas, Vicentin nos proporciona a rara e preciosa escuta clínica dos depoimentos dos agentes envolvidos no processo de rebelião. Mas, sobretudo, destaco que tais ferramentas estão pautadas pela *implicação* presente em todo o trabalho. É com o vigor e a força desse conjunto de dispositivos que tece as principais teses de seu livro.

Uma das principais constatações é de que o sistema Febem mantém, na atual ideologia de segurança urbana, a ideologia da segurança nacional e de seu aparato de tortura do período da ditadura no país. Os jovens autores de ato infracional têm sido o alvo sistemático dessas práticas genocidas e de outras ações de violência, como os maus tratos e a tortura da polícia e das instituições de internação, para cumprimento de medida socioeducativa, constituindo-se uma espécie de paradigma analisador da situação geral da juventude brasileira. Tais modalidades de poder operantes nesse sistema reduzem o jovem neles enredado a mero corpo orgânico, despojado de qualquer direito, muito próximo do que Giorgio Agamben chama de “vida nua” ou vida matável: a vida que pode ser descartada, pois foi empurrada para fora dos limites do contrato social e da humanidade.

Vicentin vai mais além dessa constatação e mapeia os processos singulares de subjetivação que a juventude infratora tem forjado, o que nomeia de formas de resistência dos jovens nessas condições. Ela nos relata que

Já vislumbrava a dimensão da “máquina letal” que era o “sistema Febem”, mas não dimensionava na justa medida o vigor da resistência que os internos operavam... Perceber que não é deles, como traço atávico, a dimensão mortífera, mas de um agenciamento coletivo, de uma captura nesta máquina letal que os “namora. (p. 217)

Acrescenta que é nessa fronteira entre a insubmissão e a captura institucional, nesse limiar de passagem entre o fato e o direito, entre vida e norma, que comparece um poder de inventar a si mesmos numa linha de fuga da captura social. Eles forjam um modo peculiar de existência, uma curiosa resistência, que chamou de *hiper-realismo*: uma espécie de experiência existencial, direta, concreta, dramática e corpórea da realidade. Diz:

Vimos que é em torno deste traço de intensidade que se assentam boa parte das formas de pensar, sentir e agir dos jovens que estamos focalizando... Lançados na impossibilidade, acentuam a provisoriidade e acentuam a vida: evidenciam uma vitalidade que se nega a ser destruída, constroem uma vida *hiper-realista*... (p. 219)

E ainda salienta que “O hiper-realismo é um modo de fazer frente à vida nua, evidenciando-a, analisando-a, denunciando-a. Fundamentalmente, é uma “verdade-armada”, pois exercita uma feroz indissociabilidade entre política e violência” (p. 221).

Com a constatação da montagem social perversa dirigida à juventude brasileira e suas conseqüências, a autora nos incita a redimensionar as análises e intervenções sociopolíticas e psicológicas vigentes e propõe que a mensagem desses jovens em rebelião seja considerada na dimensão do conflito e não da patologia psíquica ou social, assim como uma modalidade de resistência diante de modalidades de laços políticos que afetam a todos. Em suas palavras,

(...) penso que uma primeira condição para que o hiper-realismo opere como uma “insurreição” é o de ser escutado mais além de um processo “psíquico” ou “psicossocial” que afeta os internos da Febem, mas em seu duplo “laço político”: como lugar-cruzamento de técnicas do eu e técnicas políticas e como dimensão que afeta a todos e não apenas aos jovens da Febem-SP, porque fala dos limites em que a vida está colocada. (p. 258)

Em vista do aqui exposto, considero que o alcance do livro de Vicentin abrange todo leitor interessado nas questões da juventude brasileira, da violência e violação de seus direitos, mas também aqueles leitores interessados na análise da questão de fundo desses fenômenos, que a autora aponta como a evidência da emergência da modalidade biopolítica de poder, ou seja, daquela em que o poder se confronta com a pura vida sem qualquer mediação.